

**ANJ**

 ASSOCIAÇÃO  
 NACIONAL DE JORNALIS

**IVZ**

 INSTITUTO VERIFICADOR  
 DE JORNALIS

 SISTEMA ATRIBUNA  
 DE COMUNICAÇÃO


121 ANOS

**ATRIBUNA**

 FUNDADA EM 26 DE MARÇO DE 1894  
 M. Nascimento Jr. (1909-1959)  
 Giusfredo Santini (1959-1990)  
 Roberto Mário Santini (1990-2007)

**MARCOS CLEMENTE SANTINI**  
 Diretor-Presidente

**ROBERTO CLEMENTE SANTINI**  
 Diretor-Vice-Presidente

**RENATA SANTINI CYPRIANO**  
 Diretora de Marketing

**FLAVIA CLEMENTE SANTINI**  
 Diretora de Circulação

**PAULO NAEF**  
 Diretor-Superintendente

**ARMINDA AUGUSTO**  
 Editora-Chefe

**MÁRCIO DELFIM LEITE SOARES**  
 Gerente Comercial e Marketing

**MARCO ANTONIO DA COSTA**  
 Gerente Industrial

# Ônibus de graça a partir dos 60 anos

A Câmara Municipal de Santos aprovou projeto de lei que reduz a idade para a obtenção da gratuidade na passagem dos ônibus municipais. Fixada atualmente em 65 anos, a proposta, se sancionada pelo prefeito Paulo Alexandre Barbosa, permitirá que pessoas a partir dos 60 anos sejam beneficiadas. A justificativa é que a Organização Mundial da Saúde (OMS) considera idoso todos aqueles com mais de 60 anos, e assim seria feita justiça a um grande contingente de pessoas, parcela significativa da população santista.

Em que pese a louvável intenção da propositura, há um problema a ser considerado: quem pagará a conta da isenção. Na medida em que um número considerável de usuários deixará de pagar as tarifas (aqueles entre 60 e 65 anos), haverá redução da receita da empresa concessionária. Como os economistas gostam de repetir, não há almoço grátis. A conta, ao final, terá que ser assumida por alguém.

As alternativas são basicamente duas: ou a Prefeitura assume essa diferença, subsidiando o transporte coletivo municipal, ou o restante dos usuários do sistema, aqueles que pagam as passagens, se responsabilizarão pela perda nas catracas, através de aumento das tarifas. Na proposta aprovada, caberá ao Executivo assumir a conta, fato que despertou polêmica entre os vereadores durante a discussão da matéria.

É preciso, entretanto, muito cuidado com isenções seletivas. Há inúmeros

grupos e comunidades que têm razões, sociais e humanitárias, para reivindicar descontos ou gratuidade. Se a administração pública começa a aceitar tais argumentos, não há limites. No final, a renúncia acaba por se tornar maior do que a receita, inviabilizando os serviços, ou comprometendo, de maneira inapelável, os combalidos orçamentos públicos.

É bastante discutível o conceito de idoso. Se por um lado é razoável criar formas de atendimento e cuidado respeitoso a eles, é preciso cuidado com a idade mínima para merecer tais vantagens. Hoje, as pessoas vivem cada vez mais e com qualidade de vida – felizmente, indivíduos com mais de 70 anos estão ativos, saudáveis e participando do mercado de trabalho – e isso deve ser levado em conta nas políticas públicas. Apesar de ser medida antipática e impopular, os limites etários devem ser elevados com o passar do tempo.

Ao mesmo tempo em que a Câmara aprovou a gratuidade nos ônibus aos 60 anos, a Prefeitura enviou projeto de lei propondo o subsídio ao transporte coletivo em até 25% do valor anual arrecadado com o repasse ao município do Imposto sobre a Propriedade de Veículos Automotores (IPVA), com a finalidade de evitar reajustes nas passagens, o que representa quase 1% do Orçamento projetado para 2015. A pergunta é se tais recursos não deveriam ser aplicados mais amplamente nos serviços municipais, como saúde e educação.

# O ministro discreto

Teori Zavascki é ministro do Supremo Tribunal Federal (STF) desde novembro de 2012. Indicado para a vaga do ex-presidente do órgão, Cezar Peluso, ocupa o cargo há mais de dois anos, tendo se destacado como um juiz sério, dedicado e discreto. Tem ele uma carreira de destaque, seja no campo acadêmico (possui mestrado e doutorado em Direito Processual Civil pela Universidade Federal do Rio Grande do Sul), seja na atividade profissional. Advogado do Banco Central, foi desembargador e presidente do Tribunal Federal Regional da 4ª Região. Indicado pelo presidente Fernando Henrique Cardoso em 2002, tornou-se ministro do Superior Tribunal de Justiça (STJ) no ano seguinte, nomeado pelo presidente Luiz Inácio Lula da Silva.

Zavascki tem hoje uma responsabilidade imensa. É o relator da Operação Lava-Jato no STF, que vem atraindo as atenções de todo o País nas últimas semanas, tendo em vista as acusações de corrupção envolvendo a Petrobras e outras estatais. Muitos não hesitam em dizer que a Lava Jato contém elementos de maior gravidade do que o episódio do mensalão.

Um fato relevante ocorreu: as delações premiadas, que podem, de fato, revelar detalhes e envolvimento de diretos de políticos, dirigentes de estatais e diretores de empreiteiras. A primeira delas, do ex-diretor de Abastecimento da Petrobras, Paulo Roberto Costa, foi homologada pelo ministro Zavascki em 30 de setembro. Ao vali-

dar a colaboração do delator, passou a ser admitido, ainda que de modo indireto, que há indícios de envolvimento de parlamentares no escândalo bilionário da Petrobras.

E agora Zavascki deve decidir sobre outra delação premiada, a do doleiro Alberto Youssef. São 55 depoimentos, em um total de 120 horas de gravações, e sabe-se que ao menos 60 políticos foram mencionados como participantes em supostos desvios de recursos da Petrobras, número similar ao fornecido por Paulo Roberto Costa, com vários nomes em comum. Se homologada essa nova delação, Zavascki terá que analisar, caso a caso, os políticos citados, e vários deles ficarão sem mandato a partir da próxima legislatura, que começa em fevereiro.

Embora não haja definição jurídica clara sobre o que acontecerá com os parlamentares envolvidos e que perderão os mandatos – se serão julgados pelo STF ou terão seus processos remetidos à primeira instância, e julgados em Curitiba, na Justiça Federal, onde se iniciou o processo – o fato é que o episódio contém elementos explosivos.

O importante a destacar é o tratamento sereno e objetivo que o caso tem tido. Ao mesmo tempo em que trata o caso com rigor e seriedade, Teori Zavascki não dá entrevistas, não antecipa opiniões, não ameaça ou repreende colegas. Essa é a verdadeira atitude de um magistrado, que deve ficar acima e à margem das pressões e das paixões.

## Do leitor

As cartas enviadas à *Tribuna do Leitor* devem conter nome, endereço, telefone e RG. O tamanho dos textos não pode ultrapassar 900 toques, incluindo os espaços. As cartas que não obedecerem esta orientação serão desconsideradas, bem como e-mails anexados.

**E-MAIL**  
 leitor@atribuna.com.br

**ATENDIMENTO AO LEITOR**  
 Telefone: 0800-727 7710

**REDAÇÃO**  
 Rua João Pessoa 129, 3º andar, Centro Santos,  
 São Paulo. CEP 11013-900

## Qual a explicação?

A Prefeitura de Santos deve explicar convincente a todos munícipes. Em reportagem publicada em 4 de dezembro, torna público a empresa vencedora da licitação no que diz respeito ao fornecimento de alimentos aos animais do Orquidário. Causam estranheza vários aspectos. Como pode uma empresa fornecedora de alimentos cobrar até 548% mais caro do que qualquer supermercado por frutas, verduras e legumes e ainda assim sair vencedora da tal licitação na qual só a vencedora participou da disputa? Muito estranho. Não entendo esse superfaturamento em se tratando de compra direta de um fornecedor, pois nesse caso, não há motivo para tanto encargo. Como cidadão me sinto lesado e subestimado na minha inteligência.

ANDERSON DA SILVA SILVINO - SANTOS

>>>Quanta contradição nessa pós-licitação para alimentação dos animais do Orquidário! No dia 4 de dezembro foi publicada tabela de preços a ser praticada pelo vencedor da licitação. No mesmo dia, o secretário de Gestão, Fábio Ferraz, esteve em uma rádio local para reconhecer os altos preços e manifestar que a licitação seria invalidada. No dia 05, duas servidoras do mesmo departamento de licitação fazem declarações contraditórias na mesma edição de A Tribuna, uma dizendo que o contrato não será assinado em virtude dos preços altos e, outra, declarando

que os preços estão compatíveis com valores do mercado. Essa senhora não deve ser dona de casa e nem deve ter o costume de ir à feira ou ao supermercado, pois acha razoável pagar R\$ 10,00 por uma dúzia de ovos e, R\$ 8,50 pelo quilo da banana nanica. É fácil achar os preços "razoáveis" quando o dinheiro não sai do próprio bolso! Será que na merenda escolar o cardápio também é elaborado com esse mesmo critério? Não é à toa que não há arrecadação de IPTU que seja suficiente!

WANIA RANGEL - SANTOS

## Bodas de Cristal

Desde 10/12/99, data estrategicamente escolhida por ser o Dia Mundial dos Direitos Humanos, que os Amigos da Água, por intermédio de sua entidade, procura construir uma consciência ecologicamente sustentável em torno de nosso bem mais precioso à vida: a água, e, de uma forma totalmente inusitada, com recursos e materiais lúdicos, em apresentações sempre descontraídas, mas sempre com base nas verdades científicas. Todo aniversário é importante, mas o deste ano é especial: são 15 anos, e a exemplo de um casamento, no caso dos Amigos da Água com a causa da água, comemoramos as chamadas Bodas de Cristal. E de fato, em se tratando de água, ela é mais preciosa à vida do que o diamante, o mais precioso de todos os cristais. Portanto, todos estão convidados a festejar esta "boda" com os Amigos da Água, no dia 14 de dezem-

bro, a partir das 9 horas, na Catedral.

 RODOLFO BONAFIM, DIRETOR CIENTÍFICO DA  
 ONG AMIGOS DA ÁGUA

## Dalmo Gaspar

Li matéria sobre o Dalmo Gaspar, e a tristeza com que a filha está se desfazendo da medalha de campeão mundial Interclubes. O mundo do futebol é cruel; sem muito esforço lembrei-me de dois contratos que o Santos fez com dois jogadores não muito recente, me foge o ano. Um deles com o zagueiro Márcio Santos, de 33 anos, com vigência de 3 anos e salários mensais de R\$ 90 mil; outro, com o goleiro Fábio Costa, 30 e poucos anos e, se não me falha a memória, por três anos, no valor de R\$ 300 mil mensais, sendo que os dois jogadores nem jogaram mais pelo clube e receberam seus salários, um na Justiça e o outro na boca do caixa. Será que nem em época eleitoral a diretoria, ex-jogadores vão se sensibilizar com o desespero dessa família? O Dalmo foi um atleta de uma técnica e regularidade sem par e de uma dedicação extrema ao clube. Está na hora da recíproca se tornar verdadeira.

JOSÉ ROBERTO ALONSO - SANTOS

## Desculpe, erramos

A matéria publicada ontem na página C-4, com o título "Região tem 14 mil em pendência com o Fisco", teve a colaboração da jornalista Rosana Rife.

## Tribuna Livre

**MURILO BARLETTA.** Engenheiro civil, vereador (PR) e 2º vice-presidente da Câmara Municipal de Santos

# Edifícios sem garagens, não!

Recentemente, o jornal *A Tribuna* publicou interessante matéria sobre o processo de urbanização em Santos, a partir de pesquisa realizada por uma geógrafa junto com um estudo elaborado pela Administração Municipal que pretende modificar o Plano Diretor atual.

Algumas constatações são evidentes e irreversíveis, como a intensa verticalização, a migração de moradores com poder aquisitivo mais baixo para outras cidades ou periferias e o uso da zona urbana do município de forma mista, ou seja, um mesmo quarteirão pode ser utilizado para residências, comércios ou serviços.

Quando li que a prefeitura estuda alterar o Plano Diretor para deixar a cidade mais democrática, com moradias mais baratas em locais próximos ao transporte coletivo e dispondo de toda a infraestrutura urbana (água, luz, esgoto, pavimentação), fiquei entusiasmado, pois desde que assumi o mandato uma das minhas premissas é defender a habitação digna para os moradores de áreas de risco, com congelamento de favelas e a não reocupação das áreas ociosas.

A utilização de áreas degradadas no Centro Histórico, Vila Nova e Paquetá, em princípio, é uma alternativa bastante viável, já que essa região da cidade tem potencial para moradias e fica em local estratégico, próximo a milhares de postos de trabalho.

Entretanto, quando vi que a proposta é estimular a construção de



prédios sem garagens, copiando uma ideia da Prefeitura da Capital, fui obrigado a discordar veementemente e me colocar contrário a esse conceito, pois considero estarmos vivendo um problema crônico de mobilidade urbana e uma das vertentes mais graves é a falta de vagas de estacionamento em vias públicas.

Construir prédios ou casas sem garagem, sob a concepção de baratear os custos, é desconhecer ou desconsiderar a nossa realidade. Quem transita pela cidade pode constatar que mesmo quem reside numa palafita sobre o mangue ou numa área íngreme de encosta de morro possui um veículo automotor e acaba estacionando em frente ou próximo de sua residência, não importando a largura e a capacidade da via.

Há que se considerar que não se pode proibir as pessoas de comprar carros e motos para trabalho ou lazer simplesmente porque residem num imóvel mais barato. O problema de falta de espaço para

estacionar permaneceria e os conflitos pela mobilidade só aumentariam, mesmo em ruas e avenidas mais largas e de maior capacidade de tráfego de veículos.

Um exemplo disso ocorreu há pouco na região no Canal 3, onde existem alguns edifícios antigos, sem ou com poucas garagens, comércios sem vagas suficientes para clientes e a necessidade de melhorar a fluidez do trânsito.

Portanto, acredito no bom senso dos técnicos responsáveis pela reformulação deste Plano Diretor, para revisar conceitos ideológicos e premissas do projeto, não permitindo, de maneira nenhuma, que daqui por diante se construam residências e/ou estabelecimentos comerciais, em qualquer lugar da cidade, sem vagas de garagem.

O problema não pode ser resolvido por decreto e sim com diálogo e respeito aos costumes da população. Só assim poderemos almejar um progresso sustentável e deixar a cidade mais democrática.